

Ritmo lento marca fim do recesso parlamentar

Câmara e Senado ainda não definiram pauta de votações da semana

Masao Goto Filho/AE

ARY RIBEIRO

BRASÍLIA — Depois de duas semanas de recesso, o Congresso Nacional retomou ontem suas atividades, com a atenção voltada, ainda, para a questão salarial. Embora outras matérias importantes continuem em exame, ao menos neste período inicial a questão dos salários é que deverá ganhar prioridade nas negociações. Para o Congresso, estão colocados, de um lado, a medida provisória que fixou as novas regras de correção para os salários, e, de outro, o veto presidencial que incidu sobre o projeto aprovado pelos parlamentares.

Esta será uma semana de movimento fraco. Ontem, pouco mais de duas dezenas de deputados passaram pelo plenário da Câmara, durante a sessão que durou cerca de duas horas e meia e registrou apenas discursos, entre os quais um de Paulo Paim (PT-RS) criticando o veto o projeto de política salarial. A Mesa da Câmara decidiu não colocar nenhum projeto em votação esta semana.

Falta de quórum — No Senado, estava em pauta um dos projetos do governo ainda em exame no Congresso: o que estrutura e define competências da Ouvidoria-Geral da República. Mas não havia número para deliberação. Pouco mais de vinte senadores se encontravam na Casa, quando o mínimo necessário para votação é de 42. A Mesa aguardará a chegada dos líderes para definir a pauta de votação para os próximos dias.

Outra questão a ser decidida com o retorno dos líderes partidários é a revisão constitucional. Os presidentes da Câmara e do Senado pretendem acertar com eles a apresentação de projeto de resolução fixando a data para o início dos trabalhos, em princípio para 6 de outubro.



Sonolência

Discursos para poucos na Câmara: plenário vazio aguarda volta de deputados que estavam em férias

Oito medidas provisórias aguardam apreciação do Congresso: a 333, que altera dispositivos do Código de Defesa do Consumidor; a 334, dispondo sobre o Programa de Desestatização; a 335, reduzindo a multa no caso de antecipação do pagamento do tributo lançado; a 336, instituindo o Cruzeiro Real; a 337, destinando recursos ao Fundo Nacional de Saúde; a 338, tratando de dívidas do setor elétrico; a 339, dispondo sobre a Advocacia-Geral da União e a 340, que estabele-

ce a nova política salarial.

Existem 84 vetos presidenciais na fila de votação do Congresso, alguns do início do governo Collor. O último é sobre o projeto do Congresso para política salarial, que estabelecia reajustes mensais em 100% da inflação. Tramitam ainda sete projetos de interesse do Planalto governo na Câmara e outros seis no Senado. Entre eles está a proposta que fixa novas regras para rolagem das dívidas dos Estados com a União.